

NOVA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
(anteriormente denominada Novonor Participações e
Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

NOVA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
(anteriormente denominada Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Nova Participações e Investimentos S.A. (anteriormente denominada Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial)

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Nova Participações e Investimentos S.A. ("NPI" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Nova Participações e Investimentos S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024, que indica que a Companhia e suas controladas apresentaram passivo a descoberto de R\$ 3.036.612 mil (R\$ 2.599.539 mil em 2023) na controladora e R\$ 2.912.483 mil (R\$ 2.508.371 mil em 2023) no consolidado e; capital circulante líquido negativo em montantes de R\$ 494.907 mil (R\$ 386.922 mil em 2023) no consolidado. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal do negócio, considerando o sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira, com foco na melhora de liquidez através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas anteriormente denominada Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial

Balço patrimonial em 31 de dezembro	7
Demonstraço do Resultado.....	9
Demonstraço dos Resultados Abrangentes.....	10
Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto	11
Demonstraço dos Fluxos de Caixa.....	12
1. Contexto operacional	13
2. Base de preparaço das Demonstrações Financeiras.....	15
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	21
4. Gestáo de risco financeiro.....	21
5. Instrumentos Financeiros por Categoria - Consolidado.....	23
6. Caixa e equivalentes de caixa.....	25
7. Fundos restritos.....	26
8. Contas a receber de clientes – Consolidado.....	27
9. Tributos a Recuperar.....	29
10. Outras Contas a Receber – Consolidado.....	29
11. Sociedades do Grupo Novonor	30
12. Imposto de Renda e Contribuiço Social Diferidos.....	32
13. Investimentos e Provisáo para Perdas em Investimentos	34
14. Imobilizado – Consolidado.....	38
15. Intangível – Consolidado.....	39
16. Direito de uso.....	41
17. Financiamentos – Consolidado.....	42
18. Arrendamento mercantil – Consolidado	44
19. Debêntures – Controladora e Consolidado.....	45
20. Impostos e taxas.....	46
21. Obrigações sociais e trabalhistas - Consolidado.....	47
22. Provisáo para garantias.....	47
23. Provisáo para processos judiciais – Consolidado.....	49
24. Passivo a descoberto	51
26. Custo e despesas por natureza.....	54
27. Outras receitas (despesas), líquidas	55
28. Resultado financeiro, líquido.....	55
29. Reapresentaço	56
30. Eventos subsequentes	63

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.774	26.087	474.158	511.771
Fundos restritos	7	18.293		497.738	305.767
Contas a receber de clientes	8			558.910	477.128
Adiantamentos a fornecedores		117	21	29.124	68.053
Tributos a recuperar	9	2.211	393	186.914	96.622
Outras contas a receber	10	977		259.729	95.398
Outros ativos		89	54	115.181	57.082
		<u>48.461</u>	<u>26.555</u>	<u>2.121.754</u>	<u>1.611.821</u>
Não circulante					
Fundos restritos	7			129.097	84.556
Contas a receber de clientes	8			146.273	105.724
Sociedades do grupo Novonor	11	2.284.290	2.242.245	545.489	429.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	19.663	29.495	95.593	81.892
Outras contas a receber	10			46.898	40.140
Outros ativos		19.609	17.920	29.437	24.060
		<u>2.323.562</u>	<u>2.289.660</u>	<u>992.787</u>	<u>766.088</u>
Investimentos					
Imobilizado	14			125.020	97.508
Intangível	15	3.228	3.228	532.128	470.562
Direito de uso	16			23.167	5.081
		<u>3.290.050</u>	<u>2.997.233</u>	<u>1.675.123</u>	<u>1.341.187</u>
Total do ativo		<u>3.338.511</u>	<u>3.023.788</u>	<u>3.796.877</u>	<u>2.953.008</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Passivo e passivo a descoberto					
Circulante					
Financiamentos	17			1.572.537	1.351.081
Arrendamento mercantil	18			16.431	61
Fornecedores		2.232	2169	236.708	174.479
Adiantamento de clientes	8 (c)			514.776	343.427
Obrigações sociais e trabalhistas	21	1.104		46.933	31.333
Impostos e taxas	20	96	28	214.055	82.921
Outros passivos		3.185	2.004	15.221	15.441
		<u>6.617</u>	<u>4.201</u>	<u>2.616.661</u>	<u>1.998.743</u>
Não circulante					
Financiamentos	17			882.452	787.682
Arrendamento mercantil	18			7.536	7.036
Adiantamento de clientes	8 (c)			260.368	229.324
Debêntures	19	611.259	699.619	611.259	699.619
Sociedades do grupo Novonor	11	42.576	9.056	227.534	205.382
Adiantamento para futuro aumento capital		4.913	4.375	4.913	4.375
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	65.542		87.359	6.151
Provisão para garantias	22	1.491.066	1.609.430	1.474.711	1.157.075
Provisão para processos judiciais	23			429.291	315.678
Provisão para perdas em investimento	13 (b)	4.115.688	3.260.567		
Outros passivos		37.462	36.079	107.276	50.314
		<u>6.368.506</u>	<u>5.619.126</u>	<u>4.092.699</u>	<u>3.462.636</u>
Passivo a descoberto					
Capital social		4.170.611	4.170.271	4.170.611	4.170.271
Ajustes de avaliação patrimonial		857.016	1.511.126	857.016	1.511.126
Prejuízos acumulados		(8.064.239)	(8.280.936)	(8.064.239)	(8.280.936)
		<u>(3.036.612)</u>	<u>(2.599.539)</u>	<u>(3.036.612)</u>	<u>(2.599.539)</u>
Participação de acionistas não controladores					
				124.129	91.168
		<u>(3.036.612)</u>	<u>(2.599.539)</u>	<u>(2.912.483)</u>	<u>(2.508.371)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto					
		<u>3.338.511</u>	<u>3.023.788</u>	<u>3.796.877</u>	<u>2.953.008</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Operações continuadas					
Receitas líquidas de serviços				1.348.988	1.222.175
Custos dos serviços prestados	26			(865.908)	(795.815)
Lucro bruto				483.080	426.360
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	26	(4.379)	(4.364)	(156.766)	171
Resultado de participações societárias	13	95.126	198.199	5.702	(13.557)
Outras receitas (despesas), líquidas	27	(2)	15.394	182.666	52.603
Lucro operacional		90.745	209.229	514.682	465.577
Resultado financeiro, líquido	28	201.326	(167.009)	(9.421)	(300.315)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		292.071	42.220	505.261	165.262
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12 (c)			(188.322)	(112.299)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12 (c)	(75.374)	23.901	(81.546)	31.573
Lucro do exercício das operações continuadas		216.697	66.121	235.393	84.536
Lucro do exercício		216.697	66.121	235.393	84.536
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia				216.697	66.121
Participação dos acionistas não controladores				18.696	18.414
				235.393	84.535
Lucro básico por lote de mil ações das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	24 (d)			33,33	10,19

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Lucro do exercício		216.697	66.121	235.393	84.536
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	24 (b)	(654.110)	122.002	(654.110)	122.002
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(437.413)</u>	<u>188.123</u>	<u>(418.717)</u>	<u>206.538</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia				(437.413)	188.124
Participação dos acionistas não controladores				<u>18.696</u>	<u>18.414</u>
				<u>(418.717)</u>	<u>206.538</u>

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas da Companhia				Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total		
Em 1º de janeiro de 2023		4.150.975	1.389.124	(8.347.057)	(2.806.958)	80.063	(2.726.895)
Resultado abrangente:							
Lucro do exercício	24 (d)			66.121	66.121	18.414	84.535
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	24 (b)		122.002		122.002		122.002
		4.150.975	1.511.126	(8.280.936)	(2.618.835)	98.477	(2.520.358)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital		19.296			19.296		19.296
Participação dos não controladores						(7.309)	(7.309)
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		<u>4.170.271</u>	<u>1.511.126</u>	<u>(8.280.936)</u>	<u>(2.599.539)</u>	<u>91.168</u>	<u>(2.508.371)</u>
Resultado abrangente:							
Lucro do exercício				216.697	216.697	18.696	235.393
Ajuste de conversão de moeda estrangeira			(654.110)		(654.110)		(654.110)
		4.170.271	857.016	(8.064.239)	(3.036.952)	109.864	(2.927.088)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital	24 (a)	340			340		340
Participação dos não controladores						14.265	14.265
Em 31 de dezembro de 2024		<u>4.170.611</u>	<u>857.016</u>	<u>(8.064.239)</u>	<u>(3.036.612)</u>	<u>124.129</u>	<u>(2.912.483)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		292.071	42.220	505.261	165.262
Ajustes:					
Depreciação e amortização	14 e 15			51.624	46.783
Amortização de direito de uso	16			44.631	6.994
Resultado de participações societárias	13	(95.126)	(198.199)	(5.702)	13.557
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		(238.917)	102.635	133.318	234.278
Ajuste a valor justo	19	(126.747)	49.266	(126.747)	49.266
Perda com ativo permanente baixado				25.953	904
Perda por <i>impairment</i> no investimento			(15.394)		(15.394)
Perda com recebíveis	28	19.170		19.170	
Reversão (provisão) de Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquido	28	(5.360)	1.211	12.321	1.368
Provisão para processos judiciais	23			7.453	(59.011)
Provisão para garantias	22	158.664	4.955	158.664	5
Variações nos ativos e passivos:		3.755	(13.306)	825.946	444.012
Fundos restritos		(18.293)		(152.140)	44.601
Contas a receber de clientes				54.658	102.501
Tributos a recuperar		(141)	2.554	(64.073)	(7.214)
Adiantamento a fornecedores e outros		(96)		70.623	82.447
Outros contas a receber		(977)	(494)	(161.913)	(135.538)
Outros ativos		(21)		(8.202)	83.987
Fornecedores		63	567	17.255	(18.770)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.104		8.258	15.184
Impostos e taxas		68	(13)	(70.390)	(113.554)
Adiantamento de clientes				54.324	(292.112)
Dividendos a pagar				11.711	2.066
Outros passivos		2.554	1.531	(44.835)	(12.342)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações		(11.984)	(9.161)	541.222	195.268
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao imobilizado	14			(9.589)	(12.680)
Adições ao intangível	15			(17.895)	(5.928)
Dividendos recebidos		39.230	8.242		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(234)	(30)		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		38.996	8.212	(27.484)	(18.608)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividas de curto e longo prazo, líquidas					
Pagamento de principal	17			(177.851)	(81.205)
Pagamento de juros	17			(143.094)	(90.180)
Pagamento de principal	18			(51.161)	(6.349)
Pagamento de juros	18			(135)	(702)
Partes relacionadas					
Recursos liberados	11	(37.360)	(17.202)	(111.949)	13.422
Recursos recebidos	11	10.157		21.357	(2.308)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		878	973	878	973
Dividendos pagos				(12.146)	(2.144)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(26.325)	(16.229)	(474.101)	(168.111)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa				(77.250)	(40.041)
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas e/ou excluídas					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		687	(17.178)	(37.613)	(31.492)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	26.087	43.265	511.771	543.263
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	26.774	26.087	474.158	511.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Nova Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NPI” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objeto social, a exploração, no Brasil e no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, arenas, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, irrigação, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos e meio ambiente, dentre outros.

A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades empresariais no Brasil, Peru, Espanha, Áustria e Luxemburgo.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada diretamente pela NPI S.A. (“NPISA”) e indiretamente pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

A Companhia e suas controladas fazem parte do negócio Nova Infra Invest, unidade de negócio do Grupo Novonor formado com o propósito de desenvolver, investir, executar e gerir Concessões na América Latina.

Através das suas controladas diretas e indiretas, na modalidade de concessão, a Companhia atua nos seguintes segmentos de negócio:

(i) Rodovias

- Concessionária Interoceânica Sur-tramo 2 S.A. (“IIRSA 2”)
- Concessionária Interoceânica Sur-tramo 3 S.A. (“IIRSA 3”)
- Concessionária Interoceânica Norte S.A. (“IIRSA Norte”)

IIRSA 2 e IIRSA 3 atuam na exploração da concessão para construção, conservação, operação e manutenção de 656 km de estradas que conectam a serra de Cusco no Peru à fronteira do Brasil no Estado do Acre. IIRSA Norte atua na exploração para a construção, conservação, operação e manutenção de 955 km de estradas que cruzam o norte peruano de oeste para leste, ligando o porto marítimo de Paita à Cidade de Yurimaguas.

País de atuação: Peru

(ii) Irrigação

- Concessionária Trásvase Olmos S.A. (“OLMOS”)
- H2Olmos S.A. (“H2Olmos”)

OLMOS atua na exploração da concessão para construção, operação e manutenção das obras relacionadas à transposição de águas do projeto OLMOS no Peru. H2Olmos atua na construção, operação e manutenção das obras do Projeto de Irrigação OLMOS.

País de atuação: Peru

(iii) Outros investimentos

A Companhia possui participação societária em diversas outras empresas, nas quais atua como controladora (Nota 2.3 (iii)) ou coligada (Nota 13 (b)).

Países de atuação: Brasil, Peru, Espanha, Luxemburgo e Áustria.

1.2 Principais movimentações societárias e assuntos relevantes em 2024

Negociações investida PetroUrdaneta (Venezuela)

Em março de 2024, a controlada indireta Novonor Latinvest Energy S.à r.l. ("NLE") celebrou diversos acordos com Maha Energy AB ("Maha") com o objetivo de conceder, até novembro de 2025, o direito, em regime de exclusividade, de estudar a aquisição de 60% das ações da OE&P ES e obter as aprovações governamentais necessárias. As partes também pactuaram a opção de compra e venda, para aquisição dos 40% restantes.

Uma eventual alienação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, principalmente relacionadas consentimentos, autorizações, ordens e aprovações de autoridades governamentais relevantes e sucesso negociação dos acordos/estruturas operacionais e de colaboração relevantes com autoridades locais para a requalificação dos campos da PetroUrdaneta. Por essa razão, ficou acordado que os pagamentos de exclusividade são feitos com a condição de que, em caso de recusa do governo, a controlada NLE deve devolver à Maha todo e qualquer valor recebido no período de exclusividade.

Para o primeiro período de exclusividade que termina em setembro de 2024, a Maha pagou um montante de 4,6 milhões de euros, sendo que o primeiro período de exclusividade pode ser prorrogado até novembro de 2025, mediante pagamento adicional de 4,6 milhões de euro. Embora a Maha, tenha decidido por não estender o período de exclusividade, eles continuam desenvolvendo ações para as aprovações e negociações das autoridades governamentais relevantes e no sucesso da negociação dos acordos/estruturas operacionais. A NLE continua comprometida e apoiando a Maha em todas as suas diligências.

1.3 Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, juntamente com suas controladoras NPI S.A. – Em Recuperação Judicial, Novonor, ODBINV S.A – Em Recuperação Judicial ("ODBINV") e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial ("Kieppe"), bem como outras 15 empresas do Grupo Novonor ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 ("RJ" e "Juízo da RJ").

Em 22 de abril de 2020 a Assembleia Geral de Credores ("AGC") deliberou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano" ou "PRJ") da controladora direta NPISA e das controladoras indiretas Novonor, ODBINV e Kieppe juntamente com outras 8 empresas do Grupo Novonor. Em 3 de agosto de 2020 os Planos aprovados foram homologados pelo juízo da recuperação judicial, com modificação de determinadas cláusulas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de julho de 2022 o Plano da Companhia foi aprovado e a homologação pelo juízo da recuperação judicial ocorreu em 19 de agosto de 2022.

Em 24 de janeiro de 2025, o Juízo da RJ decretou o encerramento da recuperação judicial, considerando o cumprimento integral das obrigações previstos no Plano da Companhia, na forma do prazo estabelecido no artigo 61 da Lei 11.101/05. A Companhia continuará cumprindo com o acordo firmado com os credores no Plano de Recuperação Judicial.

1.4 Performance operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 3.036.612 (2023 – R\$ 2.599.539 - reapresentado) na controladora e R\$ 2.912.483 (2023 – R\$ 2.508.371 - reapresentado) no consolidado.

Adicionalmente, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no consolidado, no montante de R\$ 494.907 (2023 – R\$ 386.922), decorrente principalmente de financiamentos captados pela controlada indireta Inversiones en Infraestructura em Transport Por Ductos S.A. (“IITD”), utilizado para investimento no Gasoducto Sur Peruano S.A. (“GSP”). O GSP encontra-se em processo de liquidação e há um processo de arbitragem em curso no qual a controlada direta Odebrecht Latinvest S.à.r.l (“OLI Lux”) busca o ressarcimento de danos decorrentes do término unilateral do contrato de concessão pelo Estado Peruano (Nota 13).

A Administração da Companhia vem implementando uma estratégia com foco na liquidez da Companhia, através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial.

1.5 Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria Executiva em 30 de abril de 2025.

2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

As informações de 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro conforme mencionado na Nota 29.

2.2. Políticas contábeis

As políticas contábeis da Companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior, exceto por aquelas normas apresentadas na Nota 2.2 (a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente.

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as políticas contábeis significativas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

(i) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2023, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme abaixo:

(a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024:

- Arranjos financeiros de fornecedores (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7);
- Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1);
- Passivos não circulantes com cláusulas de covenants (alterações ao CPC26/IAS1);
- Passivo de arrendamento em uma transação de sale and leaseback (Alterações ao CPC 06/IFRS16).

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

(b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- Ausência de permutabilidade de moedas (alterações ao CPC 02/ IAS21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (Nova norma - IFRS18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (Nova norma – IFRS 19).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

(i) Investimentos em entidades contabilizados pelo Método de Equivalência

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e referendadas pelo CFC. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras individuais são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

(ii) Coligadas e controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia e suas controladas tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das coligadas são ajustadas, quando necessário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial, com o objetivo de assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(iv) Empresas Consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem as informações da Companhia e de suas controladas nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, tendo as seguintes principais participações:

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País	Participação no capital social (%)	
		2024	2023
Controladas diretas			
Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Bairro Novo")	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Trásvase Olmos S.A. ("OLMOS")	Peru	63,68	63,68
H2 Olmos S.A. ("H2Olmos")	Peru	99,999	99,999
Odebrecht Latin Finance S.à.r.L. ("OLF")	Luxemburgo	100,00	100,00
Sociedad de Propósitos Múltiplos Xalapa, S.A.P.I DE C.V. ("Xalapa")	México	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest S.à.r.l. ("OLI Lux")	Luxemburgo	100,00	100,00
Controladas indiretas			
Vorge Holding Drei GmbH ("Vorge") (v)	Áustria		100,00
Novonor Latinvest Energy S A R L ("NLE") (i) (ii)	Luxemburgo	100,00	100,00
Odebrecht E&P España S.L. - Sociedad Unipersonal ("ODB E&P España")	Espanha	100,00	100,00
Novonor Latinvest Peru S.A.C. ("NLP") (iii)	Peru	99,99	99,99
Odebrecht Latinvest Perú Ductos S.A. ("OLPD")	Peru	100,00	100,00
ELP Inversiones Inmobiliarias S.A.C. ("ELP")	Peru	100,00	100,00
Novonor Energía Del Perú S.A. ("NEDP") (vi)	Peru	100,00	100,00
AC Energía S.A. ("ACENE")	Peru	100,00	100,00
Marañon Energía S.A. ("MAENE")	Peru	100,00	100,00
Compañía Energética Del Centro S.A.C ("CEC")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest Austria GMBH ("OLI AUSTRIA")	Áustria	100,00	100,00
Inversiones en Infraestruc. Transp. por Ductos S.A.C ("IITD")	Peru	100,00	100,00
Kuntur Proyectos De Hidrocarburos En El Sur S.A.C. S.A.C. ("KPH")	Peru	100,00	100,00
Kuntur Transportadora de Gas S.A.C. ("KTG")	Peru	100,00	100,00
Aqueduct Trading Services CO. INC. ("Aqueduct")	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Novonor Latinvest Spain S.à.r.l ("NLS")	Espanha	100,00	100,00
Novonor Latinvest Operaciones y Mantenimientos S.A.C. ("NLI O&M") (iv)	Peru	100,00	100,00
Technik Invest SAC ("Technik")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Peru Operaciones Y Servicios SAC ("OPOS")	Peru	99,00	99,00
Concesionaria Interoceanica Sur Tramo 2 S.A. ("IIRSA 2")	Peru	89,00	89,00
Concesionaria Interoceanica Sur Tramo 3 S.A. ("IIRSA 3")	Peru	89,00	89,00
Concesionaria IIRSA Norte S.A. ("IIRSA Norte")	Peru	99,00	99,00
Operación De Peajes Y Parqueos S.A.C. ("OPP")	Peru	100,00	100,00

- (i) Em 17 de agosto de 2023, foi constituída a empresa NLE cuja acionista direta é a OLI LUX.
- (ii) Em 17 de agosto de 2023, OLI Lux aportou na sua controlada direta NLE, a participação integral que detinha na Odebrecht E&P Espanha.
- (iii) Em 17 de novembro de 2023, ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Latinvest Peru S.A.C para Novonor Latinvest Perú S.A.C.
- (iv) Em 18 de novembro de 2023 ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Latinvest Operaciones y Mantenimientos S.A.C para Novonor Latinvest Operaciones y Mantenimientos S.A.C.
- (v) Em 06 de março de 2024 ocorreu o encerramento da empresa Vorge Holding Drei GmbH.
- (vi) Em 27 de março de 2024 ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Energía Del Perú S.A. para Novonor Energía Del Perú S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Transações e Saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, em "Resultado Financeiro, líquido" (Nota 28).

(c) Conversão de balanço de empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício;
- O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio dos respectivos exercícios; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

As taxas de câmbio utilizadas para conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais Companhias, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

País	Moeda	2024	2023
Áustria	Euro	6,4363	5,3516
Espanha	Euro	6,4363	5,3516
Peru (i)	Novo Sol	1,6484	1,3173
Luxemburgo	Dólar Norte Americano	6,1923	4,8413
México	Peso Mexicano	0,2986	0,2856

(i) Na consolidação a moeda funcional representativa dos respectivos países é o Dólar Norte Americano.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e Julgamentos significativos
12	Imposto de renda e contribuição social diferidos
18	Arrendamento Mercantil
22	Provisões para garantias
23	Provisão para processos judiciais

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços, risco de crédito (decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber) e risco de liquidez para cumprir suas obrigações com passivos financeiros.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Administração da Companhia e das suas controladas. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. Os principais riscos identificados estão descritos a seguir.

(a) Riscos de mercado: Exposição à variação cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão sujeitas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte-americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos denominados ou fortemente influenciados por moedas estrangeiras.

A Companhia e suas controladas diretas, possuem volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressas em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos financiamentos das controladas diretas e indiretas foram captados no exterior são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da análise de viabilidade dos projetos. São avaliadas as exposições às moedas dos ativos e passivos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, que são monitorados continuamente pela administração.

(b) Riscos de mercado: Exposição a taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica, levando em consideração possibilidades de refinanciamento, renovação de posições existentes. Com base nessas premissas, a Companhia e suas controladas simulam mudanças razoáveis nas taxas de juros e analisam o impacto sobre os resultados para os passivos que representam as principais posições com juros.

(c) Riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores fluxos de capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de investimentos e de riscos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico.

(d) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria - Consolidado

	Nota	Custo amortizado consolidado	
		2024	2023
		(Reapresentado)	
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	474.158	511.771
Fundos restritos	7	497.738	305.767
Contas a receber de clientes	8	558.910	477.128
Sociedades do grupo Novonor	11 (b)	545.489	429.716
Outras contas a receber	10	259.729	95.398
Outros ativos		144.618	81.142
		<u>2.480.642</u>	<u>1.900.922</u>
		Custo amortizado consolidado	
		2024	2023
		(Reapresentado)	
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos, arrendamento mercantis e debêntures	17, 18 e 19	3.090.215	2.845.479
Sociedades do grupo Novonor	11	227.534	205.382
Fornecedores		236.708	174.479
Outros passivos		169.430	97.088
		<u>3.723.887</u>	<u>3.322.428</u>

Política contábil

(a) Reconhecimento inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR):

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Passivos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de *hedge*. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos				
Moeda nacional	19	1	161	22
Moeda estrangeira	18.730	2.408	465.806	321.947
Equivalentes de caixa				
Moeda nacional	8.025	170	8.191	330
Moeda estrangeira		23.508		189.472
	<u>26.774</u>	<u>26.087</u>	<u>474.158</u>	<u>511.771</u>

(a) Caixa e equivalentes de caixa por segmento – Consolidado

	País	2024	2023
Controladora			
NPI	Brasil	26.775	26.088
Concessão de rodovia			
IIRSA 2	Peru	32.275	27.542
IIRSA 3	Peru	92.695	84.335
IIRSA Norte	Peru	103.702	65.212
Irrigação			
OLMOS	Peru	124.121	90.313
H2 Olmos	Peru	29.976	163.135
Operação e manutenção			
OPOS	Peru	12.187	4.294
Holdings			
NEDP	Peru	27.448	388
NLP	Peru	7.914	38.953
TECHNIK	Peru	13.626	9.649
OLPD	Peru	2.286	1.142
Outros investimentos		1.153	720
		<u>474.158</u>	<u>511.771</u>

Política contábil

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses à data da contratação.

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Fundos restritos

Empresas por segmento	País	2024	2023
Controladora			
NPI	Brasil	18.293	
Concessão de rodovia			
IIRSA 2	Peru	116.410	56.816
IIRSA 3	Peru	110.798	34.224
IIRSA Norte	Peru	160.805	185.998
Irrigação			
OLMOS	Peru	55.721	41.835
H2 Olmos	Peru	152.738	60.426
Operação e manutenção			
OPOS	Peru		647
Holdings			
NLP	Peru		480
OLPD	Peru	2.842	2.743
IITD	Peru		1
Outros Investimentos		9.228	7.153
		<u>626.835</u>	<u>390.323</u>
Ativo circulante		<u>497.738</u>	<u>305.767</u>
Ativo não circulante		<u>129.097</u>	<u>84.556</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos restritos no montante de R\$ 626.835 (2023 – R\$ 390.323) estão representados por duas naturezas distintas:

- Depósitos bancários constituídos principalmente no regime de Fideicomisso; e
- Conta reserva.

A constituição do Fideicomisso (Fiel depositário) é uma obrigatoriedade prevista nos contratos de concessão das controladas diretas e indiretas IIRSA2, IIRSA3, IIRSA Norte, Olmos e H2Olmos para acompanhamento e gerenciamento dos ingressos recebidos do Poder concedente pela prestação de serviços, com a finalidade de facilitar a obtenção de financiamento pelas concessionárias.

A Conta Reserva que refere – se a depósitos bancários cuja utilização está vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados a taxas anuais que variam entre 3,0% à 6,29% (2023 - 4,5% à 7,9%).

Política contábil

Os fundos restritos são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, geralmente incidem juros e podem constituir garantias.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Contas a receber de clientes – Consolidado

(a) Composição por segmento

Empresas por segmento	2024			2023		
	Contas a receber	PECLD	Total de contas a receber	Contas a receber	PECLD	Total de contas a receber
Concessão de rodovia						
IIRSA 2	316.617		316.617	195.458		195.458
IIRSA 3	60.635		60.635	79.018		79.018
IIRSA Norte	176.846		176.846	102.833		102.833
Irrigação						
OLMOS	93.379		93.379	161.338		161.338
H2 Olmos	12.785		12.785	9.990		9.990
Outros investimentos	93.112	(48.191)	44.921	72.218	(38.003)	34.215
	<u>753.374</u>	<u>(48.191)</u>	<u>705.183</u>	<u>620.855</u>	<u>(38.003)</u>	<u>582.852</u>
Ativo circulante			<u>558.910</u>			<u>477.128</u>
Ativo não circulante			<u>146.273</u>			<u>105.724</u>

(b) Informações sobre contas a receber de clientes

Concessão de rodovias

As controladas IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA Norte possuem contas a receber decorrente da prestação de serviços de construção e manutenção das rodovias, os recebimentos ocorrem mediante o reconhecimento e aprovação do avanço da obra pelo Poder Concedente.

Irrigação

A controlada OLMOS possui contas a receber decorrente da prestação de serviços de construção, corrigido a taxa de 2% a.a., os recebimentos ocorrem mediante cronograma de entregas estabelecido pelo Poder Concedente. A controlada H2Olmos possui contas a receber oriundo da prestação de serviços de captação, condução e entrega de água. Em 31 de dezembro de 2023 as controladas OLMOS e H2Olmos não constituíram provisão para perdas estimadas.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Adiantamento de clientes - Consolidado

Empresas por segmento	2024	2023
Concessão de rodovia		
IIRSA 2	154.339	129.949
IIRSA 3	84.310	15.741
IIRSA Norte	250.918	177.591
Irrigação		
H2 Olmos	285.577	249.470
	<u>775.144</u>	<u>572.751</u>
Passivo circulante	<u>514.776</u>	<u>343.427</u>
Passivo não circulante	<u>260.368</u>	<u>229.324</u>

Correspondem a adiantamentos recebidos do Poder Concedente (Estado Peruano) pelas atividades de construção e manutenção de rodovias nas controladas IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA Norte e pelos serviços de irrigação na controlada H2Olmos.

Política contábil

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*), quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Os Adiantamentos de clientes são reconhecidos mediante recebimento e são deduzidos em percentuais variados, decorrentes das faturas de prestação de serviços, durante o prazo de execução estipulado em contrato.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

PECLD

A administração das controladas da Companhia usam o melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, experiência real de perda de crédito (*write-off*) ao longo dos anos, deterioração no risco de crédito do cliente e recebíveis que possuem valores em aberto, sem motivo precedente.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social (i)	2.202	393	119.760	51.907
Imposto sobre valor agregado de controladas no exterior			53.047	42.807
Outros	9		14.107	1.908
Total	2.211	393	186.914	96.622

(i) O saldo de imposto de renda e contribuição social são provenientes das antecipações destes tributos pelas controladas diretas e indiretas e de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

10. Outras Contas a Receber – Consolidado

Empresas por segmento	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Controladora				
NPI	977		977	
Concessão de rodovia (i)				
IIRSA 2			20.308	5.560
IIRSA 3			16.753	60
IIRSA Norte			148.724	30.238
Irrigação				
H2 Olmos			3.817	5.420
Operação e manutenção				
OPOS			6.793	3.773
Holdings				
NLP			36.204	71.329
NEDP (ii)			71.200	19.913
Outros investimentos			1.851	(755)
	977		306.627	135.538
Ativo circulante	977		259.729	95.398
Ativo não circulante			46.898	40.140

(i) Referem-se a retenções previstas na Lei Peruana 30.373 "Ley que asegura el pago inmediato de la reparación civil a favor del Estado Peruano en casos de corrupción y delitos conexos" sobre os recebimentos dos contratos de concessão. Esses valores são depositados em conta específica de Fideicomiso e administrados pelo estado Peruano.

(ii) Referem-se a retenções previstas na Lei Peruana 30.373 "Ley que asegura el pago inmediato de la reparación civil a favor del Estado Peruano en casos de corrupción y delitos conexos" sobre o recebimento do *Hold Back* da venda de Chaglla. Esses valores são depositados em conta específica de Fideicomiso e administrados pelo estado Peruano.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Sociedades do Grupo Novonor

(a) Controladora

	Saldos		Composição	
	Outras contas a receber	Valor Bruto	PECLD	Saldo Final
OLI Lux (i)	1.354.962	1.354.962		1.354.962
IITD (ii)	903.954	903.954		903.954
Chavimochic		17.675	(17.675)	
Bairro Novo	374	374		374
OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. ("OR")	25.000	25.000		25.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.284.290</u>	<u>2.301.965</u>	<u>(17.675)</u>	<u>2.284.290</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.242.245</u>	<u>2.256.098</u>	<u>(13.853)</u>	<u>2.242.245</u>

(i) OLI LUX

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.354.962 (2023 - R\$ 1.026.594) refere-se a contas a receber da controlada OLI Lux decorrente de contrato de cessão de direitos creditórios, firmado entre a Companhia e a OLI Lux. Os direitos creditórios cedidos são compostos por pagamentos efetuados pela Novonor e NPI como garantidores das dívidas captadas pelo GSP e fazem parte do processo de arbitragem (Nota 13 (d)).

(ii) IITD

Para fazer frente aos compromissos de garantias listados no PRJ, a Companhia registrou Provisão para garantias no montante de R\$ 903.954 (2023 – R\$ 1.190.277), devido a garantias concedidas de dívidas captadas pela controlada IITD, a provisão registrada em contrapartida a esta rubrica é totalmente eliminada nas informações consolidadas da Companhia (Nota 22).

Passivo não circulante

	Saldos			Composição		
	Outras contas a pagar	Mútuos	Saldo Final	Valor Bruto	Ajuste a valor justo (AVJ)	Saldo Final
OLPD		14.098	14.098	110.967	(96.869)	14.098
NEDP		28.397	28.397	28.397		28.397
NEO INVEST S. A.	1		1	6.942	(6.941)	1
Outros	80		80	273.266	(273.186)	80
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>81</u>	<u>42.495</u>	<u>42.576</u>	<u>419.572</u>	<u>(376.996)</u>	<u>42.576</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>71</u>	<u>8.985</u>	<u>9.056</u>	<u>364.930</u>	<u>(355.874)</u>	<u>9.056</u>

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

Ativo não circulante

	Saldos			Composição		
	Outras contas a	Mútuos	Valor Líquido	Valor Bruto	PECLD	Saldo Final
OR	25.000		25.000	25.000		25.000
CNO S.A ("CNO")	898		898	18.193	(17.295)	898
NVN International Corporation ("NVNIC")				1.169.296	(1.169.296)	
Neo Invest Latam S.A.R.L ("NEO Inv Latam")		30.705	30.705	30.705		30.705
Chavimochic		1.261	1.261	18.936	(17.675)	1.261
Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC ("OPIC")		102.173	102.173	102.173		102.173
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Peru ("CNO Suc Peru")		375.713	375.713	375.713		375.713
Gasoducto Sur Peruano S.A ("GSP")		16	16	27.942	(27.926)	16
Outros		9.723	9.723	58.404	(48.681)	9.723
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.898	519.591	545.489	1.826.362	(1.280.873)	545.489
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.182	386.534	429.716	521.806	(92.090)	429.716

Passivo não circulante

	Saldos			Composição		
	Outras contas a pagar	Mútuos	Saldo Final	Valor Bruto	Ajuste a valor justo (AVJ)	Saldo Final
NEO INVEST S. A.	1		1	6.942	(6.941)	1
NEO Inv Latam		7.890	7.890	7.890		7.890
CNO S.A ("CNO")	3.162		3.162	3.162		3.162
GSP		769	769	769		769
Chavimochic		22	22	22		22
Novonor		53.903	53.903	53.903		53.903
OPIC		3.852	3.852	3.852		3.852
Horiens Ltd. ("Horiens")		15.350	15.350	15.350		15.350
NVNIC		42.179	42.179	42.179		42.179
Odebrecht Overseas LTD ("OOL")		34.191	34.191	34.191		34.191
Novonor Finance LTD ("NFL")		20.749	20.749	20.749		20.749
CBPO Engenharia Ltda. - Sucursal Venezuela ("CBPO Suc Venezuela")		44.905	44.905	44.905		44.905
Outros	80	481	561	273.747	(273.186)	561
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.243	224.291	227.534	507.661	(280.127)	227.534
Saldo em 31 de dezembro de 2023	71	205.311	205.382	485.519	(280.137)	205.382

Política contábil

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratuais firmados entre as empresas do Grupo. As principais naturezas das operações são:

Outras contas a receber/pagar do Grupo decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular dos negócios do Grupo, tais como: prestação de serviços técnicos; reembolso de despesas; repasse de despesas com serviços de terceiros com prazo de recebimento inferior a 365 dias.

Mútuos são operações de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter incidência de encargos. Estão regidos por instrumentos contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo não circulante				
Adições temporárias (controladas do Brasil)	19.663	29.495	19.663	29.495
Adições temporárias (controladas do exterior)			75.930	52.397
	<u>19.663</u>	<u>29.495</u>	<u>95.593</u>	<u>81.892</u>
Passivo não circulante				
Exclusões temporárias (controladas do Brasil)	65.542		65.542	
Exclusões temporárias (controladas do exterior)			21.817	6.151
	<u>65.542</u>		<u>87.359</u>	<u>6.151</u>

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente e Diferido – Resultado

	2024	2023
Brasil		
Imposto de renda corrente	(8)	(1)
Imposto de renda diferido	(55.422)	17.574
Contribuição social corrente	(5)	
Contribuição social diferido	(19.952)	6.327
Exterior		
Imposto de renda corrente	(188.309)	(112.298)
Imposto de renda diferido	(6.172)	7.672
	<u>(269.868)</u>	<u>(80.726)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(188.322)	(112.299)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(81.546)	31.573
	<u>(269.868)</u>	<u>(80.726)</u>

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nas projeções.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira que as controladas da Companhia esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Anualmente as controladas da Companhia revisam as projeções de lucros tributáveis.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles podem ser usados. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

É requerido julgamento para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros e outras fontes de receita. Anualmente, as controladas da Companhia revisam as projeções de lucros tributáveis utilizando como base o seu Plano de Negócios ou outras projeções de resultado disponíveis.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Investimentos e Provisão para Perdas em Investimentos

(a) Informações sobre Investimentos

	Participação (%) direta		Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		Lucro (Prejuízo) ajustado	
	2024	2023	2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Controladas						
OLI Lux	100,00	100,00	(3.972.973)	(3.147.386)	(771)	102.460
Xalapa	100,00	100,00	51	354	(312)	
OLF	100,00	100,00	472.826	298.577	83.710	23.951
OLMOS	63,68	63,68	175.871	135.501	31.003	34.366
H2 Olmos	100,00	100,00	100.807	70.401	29.991	19.494
Bairro Novo	100,00	100,00	435	17.840	(17.404)	(86)
Controladas indireta						
OLPD	11,81	11,81	(388.329)	(317.134)	3.846	(45.220)
NLP	28,59	28,59	971.225	807.744	(15.167)	152.968
Controlada em conjunto						
Chavimochic (i)	53,5	53,50	(222.568)	(169.022)	(9.737)	(25.340)
Coligadas						
Concessionária Move São Paulo S.A. ("MOVE SP")	11,68	11,68	12.806	12.928	(122)	(1.339)
Concessionária Rio Barra S.A.	33,33	33,33	11.688	6.397	5.291	6.208

(i) Em junho de 2023, o PL da investida Concessionária Chavimochic S.A.C ("Chavimochic") ficou negativo e, portanto, o *impairment* foi revertido e atualizada a equivalência até zerar o investimento.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos Investimentos e Provisão para perda em investimentos – Controladora

(i) Investimentos em controladas e coligadas

	País	2023 (Reapresentado)	Dividendos	Resultado de Participação Societária (a)	Ajustes de conversão	2024
Xalapa	México	354		(312)	9	51
OLF	Luxemburgo	298.577		83.710	90.539	472.826
OLMOS	Peru	85.466	(19.543)	19.514	25.508	110.945
H2OImos	Peru	69.507	(17.679)	29.742	18.093	99.663
MOVE SP	Brasil	1.667			(1)	1.666
Bairro Novo	Brasil	17.840		(17.405)		435
NLP	Peru	230.934		(6.358)	53.098	277.674
		<u>704.345</u>	<u>(37.222)</u>	<u>108.891</u>	<u>187.246</u>	<u>963.260</u>

(ii) Provisão para perdas em investimentos

	País	2023 (Reapresentado)	Resultado de Participação Societária (a)	Ajustes de conversão	2024
OLI Lux	Luxemburgo	(3.147.388)	5.732	(831.317)	(3.972.973)
OLPD	Peru	(113.179)	(19.497)	(10.039)	(142.715)
		<u>(3.260.567)</u>	<u>(13.765)</u>	<u>(841.356)</u>	<u>(4.115.688)</u>

(a) Inclui os efeitos dos resultados não realizados das investidas.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos Investimentos – Consolidado

Investidora	Investimentos - Coligada e controlada em conjunto	% de participação		País	2023	Equivalência patrimonial (a)	Ajustes de conversão	2024
NPI	Chavimochic	53,50		Peru				
NPI	MOVE SP	11,68%		Brasil	1.667		(1)	1.666
NLP	OEC PERU INFRA	0,52%		Peru	275	(51)	123	347
NLP	Technik			Peru	8		2	10
OLPD	Outros			Peru	(2)			(2)
					1.948	(51)	124	2.021

(d) Informações relevantes sobre controladas e coligadas

(i) Controlada em conjunto direta

Chavimochic: Processo de arbitragem

Em 2017, a Chavimochic apresentou pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao poder concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, iniciando-se procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do poder concedente.

Em 4 de outubro de 2022, foi notificado Laudo arbitral declarando a caducidade antecipada do Contrato de Concessão por descumprimentos de ambas as Partes. A Concessionária apresentou recursos de integração e exclusão perante o Tribunal Arbitral. Diante do exposto acima, a Administração da NPI reconheceu, em dezembro de 2022, "impairment" sobre o saldo de mútuo e investimento detidos junto a Chavimochic nos montantes de R\$13.264 e R\$13.728, respectivamente.

A Concessionária é uma sociedade de propósito exclusivo e tem como objeto social unicamente o referido ao Contrato de Concessão. Nesse sentido, sendo que foi declarada a caducidade antecipada da Concessão, a duração da sociedade deverá ser limitada às seguintes ações: (i) cobrar do Estado Peruano o montante ordenado pelo laudo a seu favor, (ii) atender aos seus passivos e (iii) liquidação do Contrato de Concessão e da Sociedade.

Em 30 de junho de 2023, a Concessionária registrou a provisão da penalidade estabelecida no Laudo arbitral pelo valor de R\$134.938 o que fez com que o investimento se tornasse negativo. Nessa situação, pelo fato da participação da Companhia na Coligada exceder o saldo contábil da sua participação, a Administração reverteu o impairment sobre os investimentos e reconheceu equivalência até reduzir o investimento a zero. O impairment sobre o mútuo foi mantido, em 31 de dezembro de 2024 o montante reconhecido é de R\$17.675 (2023 – 13.853).

Em 2024, com o objetivo de continuar resguardando seu direito a cobrança decorrentes da caducidade antecipada da Concessão, a Concessionária interpôs duas ações arbitrais perante a Câmara de Comercio de Lima:

- (i) protocolada em 25 de julho de 2024, contra o Ministerio de Desarrollo Agrario y Riego ("MIDAGRI"), em fevereiro de 2025, o tribunal emitiu decisão favorável à Concessionária, ordenando ao MIDAGRI o pagamento de US\$ 4,6MM.
- (ii) protocolada em 02 de dezembro de 2024 contra o Banco de la Nación, Ángel Revatta Vera, el Ministerio de Desarrollo Agrario y Riego e o Gobierno Regional de la Libertad, cujo processo encontra-se em andamento.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AC Energía: Caducidade do contrato de concessão

Em 27 de outubro de 2014, a controlada indireta AC Energía obteve a concessão definitiva para desenvolver atividades de geração de energia elétrica no projeto da Central Hidrelétrica Chadín 2, com potência instalada de 600 MW. Em 2022, foi reconhecido *impairment* da participação societária porque a Direção Geral de Electricidade enviou o Ofício 0982-2022/MINEM-DGE, através do qual comunicava o início do procedimento de caducidade da Concessão no Chadín 2 Usina Hidrelétrica. Em 27 de junho de 2022, a controlada indireta AC Energía se opôs ao referido ofício. Até a data de 31 de dezembro de 2024, nem a Direção Geral de Electricidade nem o MINEM promoveram a caducidade nem responderam à oposição.

GSP: Em processo de liquidação

A Companhia detém, de forma indireta, 51,64% de participação na coligada GSP via participações em OLI Lux, OLI ÁUSTRIA e IITD, respectivamente.

Em 21 de janeiro de 2020, a OLI Lux iniciou uma arbitragem contra o Estado Peruano perante o *International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID* buscando recuperar as perdas decorrentes da terminação unilateral pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP e pela violação do Tratado bilateral de promoção e proteção recíproca de Investimentos existente entre a União Econômica Belga-Luxemburgo-Peru. Através dessa arbitragem a OLI Lux pretende recuperar o investimento realizado no projeto GSP no valor estimado de US \$ 1,2 bilhão. Estima-se que a decisão pelo tribunal seja tomada até ao final do ano de 2026.

Em agosto de 2020, a administração da IITD, levando em consideração o cenário incerto do processo de arbitragem, optou conservadoramente pelo reconhecimento de "*impairment*" da participação societária no GSP no valor US\$ 283 milhões, equivalentes naquela data a de R\$ 1.547.756, registrada como perda no resultado do mês.

Política contábil

A política contábil foi mencionada na Nota 2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Imobilizado – Consolidado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo	3.929	73.702	24.710	21.164	1.636	22.151	147.292
Depreciação acumulada		(10.385)	(10.894)	(16.071)	(897)	(11.537)	(49.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.929	63.317	13.816	5.093	739	10.614	97.508
Aquisições		47	4.971	2.068	467	2.036	9.589
Baixa do custo			(928)	(892)	(44)	(1.139)	(3.003)
Baixa de depreciação			783	801	40	910	2.534
Transferências - custo			4.160			(4.157)	3
Transferências - depreciação			(3)				(3)
Depreciação		(1.250)	(2.253)	(2.079)	(162)	(2.407)	(8.151)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira - Custo	1.021	19.086	8.482	5.745	434	6.718	41.486
Ajuste de conversão de moeda estrangeira - Depreciação		(2.917)	(3.445)	(4.433)	(221)	(3.927)	(14.943)
Saldo contábil	4.950	78.283	25.583	6.303	1.253	8.648	125.020
Custo	4.950	92.835	41.395	28.085	2.493	25.609	195.367
Depreciação acumulada		(14.552)	(15.812)	(21.782)	(1.240)	(16.961)	(70.347)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.950	78.283	25.583	6.303	1.253	8.648	125.020
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	até 10	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os custos de empréstimos e financiamentos são capitalizados quando são associados à projetos em andamento.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis, sendo calculada, pelo método linear, com base na vida útil estimada pelos técnicos da Companhia na gestão das plantas. As vidas úteis dos ativos são revisadas a cada data do balanço. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

15. Intangível – Consolidado

(a) Composição

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Infraestrutura de concessão	591.560	516.848
Ágio sobre investimentos	3.490	3.432
Software adquiridos de terceiros	624	298
<i>Impairment</i>	<u>(63.546)</u>	<u>(50.016)</u>
	<u>532.128</u>	<u>470.562</u>

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	470.562	527.150
Adições	873	5.928
Baixas, líquidas de amortização (i)	(7.145)	(1)
Amortização	(43.473)	(39.843)
Variação cambial	111.311	(22.672)
Saldo no final do exercício	532.128	470.562

(i) Em 2024, o montante de R\$ 7.145 refere-se a gastos com estudo de mercado, reclassificados para o resultado do exercício.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 528.275 (2023 – R\$ 461.375), do total de R\$ 532.128 (2023 – R\$ 470.562) do saldo do intangível, corresponde a obras de infraestrutura executadas em cumprimento ao contrato de concessão firmado entre a controlada H2OImos e o Poder concedente, o qual prevê a construção da infraestrutura associada ao projeto de irrigação Olmos, e incluem execução de obras para captação, condução, reservatório, drenagem, distribuição e eletricidades.

As obras de infraestrutura são contabilizadas como ativo intangível, quando o concessionário tem o direito de cobrar do usuário pelos serviços públicos prestados. A amortização é linear, limitada ao prazo da concessão, no período de 251 meses.

Política contábil

(a) Infraestrutura da concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão da controlada H2OImos são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e suas controladas e até este momento, os investimentos realizados são avaliados a custo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Ágios sobre investimentos

O ágio resulta da aquisição investidas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida quando aplicável; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

(c) Software adquiridos de terceiros

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

16. Direito de uso

A Companhia tem como principais transações, na condição de arrendatária, escritórios e equipamentos. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contém diversos termos e condições.

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Total
Custo	32.429	3.001	35.430
Amortização acumulada	(27.974)	(2.375)	(30.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.455	626	5.081
Adições	27.799	9.344	37.143
Transferências - custo	(2.411)		(2.411)
Transferências - amortização	26.814		26.814
Amortizações	(35.906)	(8.725)	(44.631)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira - custo	8.675	845	9.520
Ajuste de conversão de moeda estrangeira - amortização	(7.666)	(683)	(8.349)
Saldo contábil	21.760	1.407	23.167
Custo	66.492	13.190	79.682
Depreciação/exaustão acumulada	(44.732)	(11.783)	(56.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.760	1.407	23.167
Taxas anuais de depreciação (%)	4	até 17	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Política Contábil

As controladas da Companhia arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos correspondem aos direitos de uso, os quais as controladas da Companhia detêm, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros que são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Se o contrato de arrendamento transferir a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo de arrendamento, ou se ao final do contrato a Companhia puder exercer a opção de compra, esse ativo deve ser depreciado durante sua vida útil. De outro modo a Companhia, deve depreciar o ativo até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo ou fim do prazo de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Companhia, equivalente à taxa que a Companhia pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, equivalente a taxa de mercado. O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

17. Financiamentos – Consolidado

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros	Moeda	Encargos financeiros anuais	2024	2023
Moeda estrangeira				
Créditos sindicalizados no mercado peruano	Dólar	Libor 3M + 4% (taxa base) + 2% (juros inadimplência)	1.427.110	1.122.843
Créditos imobiliários	Novo sol	Juros 6,80%	66.528	54.011
Linha de crédito de longo prazo	Dólar	Taxa efetiva anual 6,5% (5 anos)		10.379
Linha de crédito de longo prazo	Dólar	Juros 2%	533.442	406.919
Linha de crédito de longo prazo	Novo sol	Taxa trimestral 1,06250% + VAC	333.329	378.428
Linha de crédito de longo prazo	Novo sol	Taxa trimestral 6,625% + VAC	94.580	166.183
Total			2.454.989	2.138.763
Passivo circulante			1.572.537	1.351.081
Passivo não circulante			882.452	787.682

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do exercício	2.138.763	2.392.449
(+) Adição de juros	54.461	71.386
(-) Amortização de principal	(177.851)	(81.205)
(-) Amortização de juros	(143.094)	(90.180)
(+) Variação cambial	582.710	(153.687)
Saldo no final do exercício	<u>2.454.989</u>	<u>2.138.763</u>
Passivo circulante	<u>1.572.537</u>	<u>1.351.081</u>
Passivo não circulante	<u>882.452</u>	<u>787.682</u>

(c) Composição dos financiamentos não circulantes, por ano de vencimento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2025		102.148
2026	575.925	440.912
2027 em diante	306.527	244.622
	<u>882.452</u>	<u>787.682</u>

Política contábil

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Arrendamento mercantil – Consolidado

(a) Composição por natureza

	Contrato	Moeda	Taxa de desconto anual	2024	2023
Arrendamento de imóveis		Novo sol / Dólar	5,25%	22.564	7.097
Arrendamento de máquinas e equipamentos		Novo sol / Dólar	5,25%	1.403	
			Passivo circulante	16.431	61
			Passivo não circulante	7.536	7.036

(b) Movimentação dos arrendamentos

	2024	2023
Saldo no início do exercício	7.097	5.561
Adição de principal	37.143	382
Apropriação de juros (AVP)	5.312	1.054
Amortização de principal	(51.161)	(6.349)
Pagamento de juros	(135)	(702)
Transferência	24.403	7.346
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	1.308	(195)
Saldo no final do exercício	23.967	7.097
Passivo circulante	16.431	61
Passivo não circulante	7.536	7.036

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição dos arrendamentos não circulantes por ano de vencimento

	2024	2023
2025		4.821
2026	5.012	897
2027	710	838
2028 em diante	1.814	480
	<u>7.536</u>	<u>7.036</u>

Política contábil

As controladas da Companhia mensuram os arrendamentos ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado

aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados.

19. Debêntures – Controladora e Consolidado

(a) Composição

Emissão	Quantidade	Valor unitário - R\$	Vencimento	Remuneração	Valor principal	Ajuste a Valor Justo	2024	2023
1ª	375	1.000.000	31/dez/35	IPCA	892.701	(281.442)	611.259	699.619

(b) Movimentação das Debêntures

	2024	2023
Saldo no início do exercício	699.619	613.526
Juros acruados	38.401	36.840
Juros Pagos	77.216	
Ajuste a valor justo (AVJ)	(203.977)	49.253
Saldo no final do exercício	<u>611.259</u>	<u>699.619</u>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Principais informações sobre as debêntures

As debêntures foram emitidas em 15 de dezembro de 2014 e não são conversíveis em ações. O pagamento ocorreria trimestralmente para o principal e mensalmente para os juros e teriam vencimento a partir de novembro de 2018 com término em dezembro de 2021.

Devido a renegociação dos termos contratuais, aprovados no âmbito da recuperação judicial em 2022, a Companhia reconheceu o ajuste valor justo ("AVJ") no montante de R\$382.938. No momento do cálculo do AVJ, a expectativa da tesouraria da Companhia, era de que essa dívida fosse liquidada integralmente, até o ano de 2026. Em 2024, houve a postergação da previsão de recebimento dos valores atrelados a arbitragem de GSP e com isso a Companhia alterou a expectativa de amortização integral da dívida para 2035.

Como o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") da Companhia, prevê em seu Anexo 1.1.79 - item 6 - Pagamentos variáveis, que a companhia conta com recebimentos variáveis para amortização de suas dívidas e no ano de 2024, houve alteração dos valores previstos no fluxo de amortização utilizado no cálculo inicial do ajuste a valor justo, a Companhia, decidiu reavaliar esse cálculo, que foi readequado para contemplar as mudanças previstas. As demais premissas utilizadas para determinar o valor justo da dívida em seu reconhecimento inicial, foram mantidas. Em 2024, a companhia realizou um complemento no ajuste a valor justo de R\$ 203.976.

O ajuste a valor justo é apropriado mensalmente ao resultado do exercício, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou R\$ 77.215 (49.253 em 2023) de apropriação de AVJ.

Política contábil

A política contábil aplicada às debêntures são as mesmas aplicadas a Financiamentos divulgadas na nota 17.

20. Impostos e taxas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social	79	1	170.877	81.923
Tributos indiretos	7	5	42.999	895
Parcelamentos				
PIS e COFINS e outros tributos	10	22	179	103
Total	96	28	214.055	82.921

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social refere-se às operações das investidas da Companhia no exterior.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Obrigações sociais e trabalhistas - Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Indenização e aviso prévio			183	280
Incentivo de curto prazo a empregados			29.134	20.581
Provisão de férias e encargos	817		10.125	6.646
Benefícios a empregados	148		1.542	740
Encargos sociais sobre proventos integrantes	139		5.799	3.018
Outros			150	68
	<u>1.104</u>		<u>46.933</u>	<u>31.333</u>

22. Provisão para garantias

A Companhia presta avais e fianças corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação pelos órgãos de Governança da empresa. Dentre os principais critérios para outorga dessas garantias pela Companhia está a definição de prazo e valores limitados e regras claras para sua liberação tão logo se comprove a auto sustentabilidade econômico-financeira do Negócio ou Projeto.

O Plano de recuperação judicial ("Plano") da Companhia engloba determinados avais e fianças emitidas pela Companhia, na modalidade "Créditos Quirografários". Em 31 de dezembro de 2024 para fazer frente aos compromissos de garantias contemplado no Plano, a Companhia registrou Provisão para garantias no montante de R\$ 1.491.066 (2023 – R\$ 1.609.430) na controladora e R\$ 1.474.711 (2023 – R\$ 1.157.075) no consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023	
		Valor atualizado da garantia	Garantia ajustada a valor presente			
Controlada indireta						
IITD (i)	Aval/Fiança	1.812.311	1.290.968	1.444.413	387.014	
Coligada e controladas em conjunto						
Chavimochic(ii)	Aval/Fiança	136.184	136.184	127.290	136.184	
GSP (iii)	Aval/Fiança	894.233			887.599	
Outros						
Odebrecht E&P GMBH ("ODB E&P GMBH") - Empresa extinta (iv)	Aval/Fiança	74.621	37.220		37.220	
Novonor Participações e Engenharia ("NPE")	Aval/Fiança	49.933	26.694	37.727	26.694	
			<u>1.491.066</u>	<u>1.609.430</u>	<u>1.474.711</u>	
					<u>1.157.075</u>	

- (i) Refere-se à constituição de garantias decorrentes da homologação do PRJ, sendo que o montante de R\$ 903.954 foi registrado em contrapartida a rubrica "Sociedades do Grupo Novonor" do Balanço patrimonial na controladora e R\$ 387.014 foi registrado em contrapartida a rubrica "Resultado financeiro, líquido" na Demonstração do resultado do exercício e corresponde a juros da dívida não registrados pela controlada IITD.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu provisão para garantia da investida Chavimochic no montante de R\$ 136.184 (R\$ 127.291 – 2023), a garantia mencionada é extraconcursal, ou seja, não está sujeita ao PRJ e está sendo negociada com o credor. Em junho de 2024, a Companhia, na qualidade de fiadora, renegociou junto ao Credor, o pagamento da fiança no montante de R\$ 146.160 (US\$ 26.292).
- (iii) Refere-se à provisão de garantias constituída na controlada OLI Lux, no valor integral da garantia concedida pela sua controlada OLPD, no Performance Bond contratado, com o credor, pelo GSP.
- (iv) Refere-se originalmente a compra de equipamentos realizada pela Odebrecht E&P GMBH em benefício do GSP. A Companhia figura como avalista da dívida, acordada no Payment Plan conforme indicado no Guarantee Agreement. Em decorrência da Odebrecht E&P GMBH não ter cumprido com o plano de pagamento acordado entre as partes, o Credor, acionou o contrato de garantia, tornando a assim a Companhia devedora, na figura de garantidora. A Odebrecht E&P GMBH foi liquidada e a garantia listada no PRJ da Companhia.

Política contábil

Uma Provisão para garantia é reconhecida quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente (legal) em consequência de um evento passado; (b) é provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias as quais os direitos contratuais estão expostos.

A Provisão para garantias é registrada no Passivo não circulante da Companhia em contrapartida a Outras contas a receber na rubrica de "Sociedades do Grupo Novonor" se a dívida original tiver sido emitida por suas controladas, e são completamente eliminadas nas Demonstrações financeiras consolidadas. Se a dívida original tiver sido emitida por controladas em conjunto ou coligadas a contrapartida da Provisão para garantias é a Despesa financeira, na rubrica "Resultado Financeiro, Líquido".

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A avaliação da probabilidade da saída de recursos para liquidação da obrigação está baseada nas projeções de fluxos de caixa da Companhia e suas controladas. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço de acordo com o julgamento da Administração da Companhia.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Provisão para processos judiciais – Consolidado

23.1 Provisão para processos judiciais

As controladas da Companhia são cobradas em ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal dos seus negócios. Essas ações são de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e societária. Os processos avaliados como perda provável são provisionados. Os processos avaliados como perda possível não são provisionados, ressalvados os casos relevantes de combinação de negócios. Eventual mudança de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

(a) Composição por Natureza

Empresas por segmento	2024				Processos de natureza provável 2023 (Reapresentado)			
	Trabalhista	Fiscais	Societário, cível e outros	Total	Trabalhista	Fiscais	Societário, cível e outros	Total
Holdings								
NLP (i)	132	122.843	931	123.906	79	75.970	734	76.783
OLPD (ii)		271.426		271.426		211.570		211.570
Technik		58		58		45		45
IITD (iii)		28.720		28.720		22.302		22.302
Operação e manutenção								
OPOS	886		32	918	690		26	716
Outros investimentos	4.170	90	3	4.263	4.170	89	3	4.262
	5.188	423.137	966	429.291	4.939	309.976	763	315.678

(i) NLP

Fiscais

O valor corresponde à reparação por capitalização do ágio da venda da Rutas de Lima em 2014 (imposto de renda), gratificações extraordinárias em 2015 e indenizações por rescisões arbitrárias em 2016. Os processos encontram-se em recurso perante o Tribunal Fiscal, aguardando resposta.

Segundo o parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável assim sendo, a Administração da NLP constituiu provisão contábil no montante de R\$ 122.843 (R\$ 75.980 – 2023).

(ii) OLPD

Fiscais

A controlada indireta OLPD e sua controladora KTG consideraram como despesas dedutíveis nas bases de cálculo da apuração do Imposto de Renda dos anos de 2013 a 2016, gastos com gratificações extraordinárias pagas a empregados, levando em conta o entendimento de que tais gastos seriam aceitos e sustentados pelas normas tributárias. No entanto, a Superintendência Nacional de Aduanas y de Administración Tributária – (“SUNAT”) entendeu que os gastos não seriam despesas dedutíveis, multando as empresas e solicitando recálculo na base de cálculo do imposto de renda, gerando novos valores a serem pagos. Parte desses novos valores, considerados como omissões nos processos, foram compensados pelas empresas com perdas fiscais de anos anteriores, remanescendo saldo a pagar, multa e juros.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável assim sendo, a Administração da OLPD realizou provisão contábil no montante de R\$ 271.426 (R\$ 211.570 – 2023).

(iii) IITD

O valor da provisão tributária contingente de US\$ 4.638 corresponde à reparação da base de cálculo do imposto ITAN Ano 2018, referente às ações da KTG e GSP por se encontrarem em fase pré-operacional. O processo encontra-se em fase de recurso perante o Tribunal Fiscal, aguardando resposta.

O saldo de US\$ 1.130 corresponde ao fato de a KTG ter considerado como despesas dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda dos exercícios de 2014 e 2015 as despesas com bônus extraordinários pagos a funcionários, tendo em vista o entendimento de que tais despesas seriam aceitas e suportadas por regulamentos fiscais. No entanto, a SUNAT entendeu que os gastos não seriam dedutíveis, atuando a empresa e solicitando o recálculo na base de cálculo do Imposto de Renda, gerando novos valores a pagar.

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável, assim sendo, a Administração da IITD constituiu provisão contábil no montante de R\$ 28.720 (R\$ 22.302 – em 2023).

(a) Passivos contingentes

	2024	2023
Fiscais (i)	24.609	25.489
Cível (ii)	18.973	29.112
	<u>43.582</u>	<u>54.601</u>

(i) Fiscais

Composto, principalmente, por de auto de infração em que a Companhia foi incluída como responsável solidária (art. 124, I, CTN), visando a exigência de PIS e COFINS incidentes sobre a receita das atividades econômicas desenvolvidas na Arena Itaquera, a qual pertence ao Arena Fundo de Investimentos Imobiliário – FII. A atuação decorre da desconsideração da natureza jurídica do FII para empresarial pela fiscalização. A fiscalização passou a tributar as receitas da Arena que ingressaram no FII como se pessoa jurídica fosse sendo a presente atuação os lançamentos das contribuições incidentes sobre o faturamento. A fiscalização incluiu todos os cotistas do FII como responsáveis solidários no lançamento decorrente do suposto interesse comum no fato gerador. Foi apresentada impugnação ao auto de infração, ao qual foi julgada parcialmente procedente em 18 de dezembro de 2020, sendo interposto recurso voluntário contra a decisão e que atualmente aguarda-se julgamento sobre os débitos remanescentes, no montante atual de R\$ 18.972.

Os assessores jurídicos classificaram como possível o risco de perda.

(ii) Cível

A Companhia foi demandada no bojo de ações coletivas promovidas pelo Ministério Público e/ou Popular que têm como objeto pedidos de anulação de atos e contratos, ressarcimentos a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações. As ações promovidas pelo Ministério Público tiveram os efeitos sobre a Companhia neutralizados em razão da celebração, em 01 de outubro de 2024, de Termo de Ajustamento de Conduta com as autoridades do estado do Rio de Janeiro, o qual estabeleceu, entre outras disposições, a extinção das referidas ações.

Em relação à ação popular, esta foi julgada improcedente pelo juízo da 13ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, e a Companhia aguarda o julgamento do recurso apresentado pelo autor popular.

Política contábil

As provisões para processos judiciais (trabalhistas, fiscais, societário, cível e outros) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

24. Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$ 4.170.611 (2023 – R\$4.170.271), subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 6.502.249.664 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 12 de agosto de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$340, mediante a emissão de 340.200 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de AFAC.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a composição acionária da Companhia está assim representada:

Acionista	Nº de ações ordinárias		Participação (%)	
	2024	2023	2024	2023
NPISA (Nota 1)	6.502.249.663	6.501.909.463	100,00	100,00
Novonor (Nota 1)	1	1		
Total de ações	<u>6.502.249.664</u>	<u>6.501.909.464</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se aos valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado do exercício ocorrerá quando da sua efetiva realização.

A variação no exercício findo em 31 de dezembro está composta por:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.511.126	1.389.124
Ajuste de conversão de moeda estrangeira de investidas no exterior	<u>(654.110)</u>	<u>122.002</u>
Saldo no final do exercício	<u>857.016</u>	<u>1.511.126</u>

(c) Participação dos acionistas não controladores

Os saldos são representados pelas controladas OLMOS, IRSA 2, IRSA 3, IRSA Norte e OPOS e H2OLMOS.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado por ação

O prejuízo líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2024	2023
Operações continuadas		
Prejuízo atribuível a detentores de ações ordinárias	216.697	66.121
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em lote de mil	6.502.040	6.485.838
Prejuízo por lote de mil ações (em R\$)	33,33	10,19

25. Receita Líquida de serviços - consolidado

(a) Receita Líquida por natureza

	2024	2023
Serviços de construção da infraestrutura	1.068.352	963.846
Serviços de operação e manutenção	273.540	252.703
Outros	7.096	5.626
	1.348.988	1.222.175

(b) Receita por segmento

	2024	2023
Mercado externo	1.348.988	1.222.174
Concessão de rodovia		
IIRSA 2	310.889	131.544
IIRSA 3	130.642	199.170
IIRSA Norte	626.821	633.132
Irrigação		
OLMOS	112.038	106.529
H2 Olmos	161.502	146.174
Energia		
OEDP		
Outros investimentos	7.096	5.625
Mercado interno		1
Outros investimentos		1
Receita bruta	1.348.988	1.222.175

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Política contábil

A receita de serviços de operação e manutenção compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita de serviços de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data base das demonstrações financeiras consolidadas. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

26. Custo e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Classificadas por natureza:				
Matéria-prima e materiais de uso e consumo			(301.516)	(98.312)
Despesas com pessoal	(1.780)		(256.964)	(158.454)
Serviços de terceiros	(1.316)	(1.676)	(240.200)	(469.296)
Depreciação e amortização			(51.624)	(46.783)
Amortização de direito de uso			(44.631)	(6.994)
Gastos administrativos (i)	(1.283)	(2.688)	(127.284)	(15.705)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			(455)	(100)
	<u>(4.379)</u>	<u>(4.364)</u>	<u>(1.022.674)</u>	<u>(795.644)</u>
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados			(865.908)	(795.815)
Gerais e administrativas (i)	(4.379)	(4.364)	(156.766)	171
	<u>(4.379)</u>	<u>(4.364)</u>	<u>(1.022.674)</u>	<u>(795.644)</u>

- (i) Em 2023, o valor de R\$ 171 refere-se substancialmente a reversão da provisão para contingências na controlada OLI Peru decorrente da revisão da classificação de risco da atuação fiscal sobre o saldo apurado de Imposto de Renda no ano de 2014, vide nota 29.

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho na baixa de investimento (i)			22	
Ganho / perda na venda de ativo imobilizado			(319)	(518)
Reversão (provisão) <i>Impairment</i> (ii)		15.394		15.394
Devolução de impostos				19.806
Devolução de fundo Escrow (iii)			195.354	
Outras receitas (despesas) não operacionais	(2)		(12.391)	17.921
	(2)	15.394	182.666	52.603

(i) Em 2023, refere-se a *impairment* sobre investimento em Chavimochic (Nota 13).

(ii) Receita referente substancialmente à devolução de imposto (ITAN) anterior a venda da Empresa de Generación Huallaga S.A. (EGH).

(iii) Em 2024, liberação de depósito *Escrow*, constituído no momento da venda de sua participação na Central Hidrelétrica de Chaglla, pela Companhia, em 2019, no valor de R\$ 198.885 (US\$ 34.500).

28. Resultado financeiro, líquido

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(41.146)	(39.252)	(133.950)	(353.335)
Impostos sobre operações financeiras	(514)	316	514	
Comissões bancárias	(47)	(42)	(8.389)	(7.929)
Provisão (reversão) de perdas esperadas de créditos com terceiros	5.360	(1.211)	5.360	(1.211)
Provisão (reversão) de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (i)			(17.226)	(58)
Provisão para garantias	(158.664)	(4.955)	(158.664)	(4.955)
Perda com recebíveis(ii)	(19.170)		(19.170)	
Ajuste a valor justo	(77.230)	(49.266)	(77.230)	(49.266)
Outras	(1.382)	(2.271)	(2.667)	(2.102)
	(292.793)	(96.681)	(411.422)	(418.856)
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira				
Receita com juros	1.858	970	36.302	134.128
Ajuste a valor justo	19		203.977	
Outras			199	199
	205.835	970	240.478	134.327
Variações monetárias e cambiais				
Receita de variação	497.912	170.808	1.004.431	756.193
Despesa de variação	(209.628)	(242.106)	(842.908)	(771.979)
	288.284	(71.298)	161.523	(15.786)
	201.326	(167.009)	(9.421)	(300.315)

(i) Em 2024, refere-se substancialmente ao *impairment* sobre saldo de mútuo a receber da CNO S.A., na controlada Bairro Novo.

(ii) Em 2024, refere-se a perda reconhecida sobre os recebíveis do Botafogo de Futebol e Regatas, conforme acordo firmado entre as partes.

29. Reapresentação

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, os ajustes contábeis materiais estão sendo reconhecidos retrospectivamente e, por esta razão, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas, para refletir as seguintes correções:

- Em 2024, a controlada OLI Peru, identificou que o valor registrado na provisão para contingências, referente a autuação da SUNAT sobre o saldo apurado de Imposto de Renda no ano de 2014, considerava valores indevidos, no montante de R\$ 101.769. A controlada, realizou a reversão desses valores e por se tratar de uma correção de erro no valor da autuação, essa reversão foi lançada em contrapartida ao resultado do exercício de 2023 na rubrica de "despesas gerais e administrativas".
- Em 2024, o saldo outras contas a receber foi reclassificado de outros ativos para uma rubrica própria para melhor apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Para fins de comparabilidade da informação o mesmo procedimento foi aplicado nos saldos de 2023.
- Em 2024, para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia procedeu com a segregação entre curto prazo e longo prazo de saldos relacionados ao fundo restrito, contas a receber e outras contas a receber além de compensação de tributos a recuperar com seu respectivo passivo alocado em obrigações fiscais. Para fins de comparabilidade da informação o mesmo procedimento foi aplicado nos saldos de 2023.

Os efeitos de reapresentação estão apresentados a seguir:

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 – controladora

	Controladora		
	Publicado	NPI	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	26.087		26.087
Fundos restritos			
Contas a receber de clientes			
Adiantamentos a fornecedores	21		21
Tributos a recuperar	393		393
Outras contas a receber			
Outros ativos	54		54
	<u>26.555</u>		<u>26.555</u>
Não circulante			
Sociedades do Grupo Novonor	2.242.245		2.242.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.495		29.495
Outros ativos	17.920		17.920
	<u>2.289.660</u>		<u>2.289.660</u>
Investimentos			
Imobilizado	675.249	29.096	704.345
Intangível	3.228		3.228
Direito de uso			
	<u>2.968.137</u>	<u>29.096</u>	<u>2.997.233</u>
Total do ativo	<u>2.994.692</u>	<u>29.096</u>	<u>3.023.788</u>

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Publicado	NPI	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	2.169		2.169
Impostos e taxas	28		28
Outros passivos	2.004		2.004
	<u>4.201</u>		<u>4.201</u>
Não circulante			
Financiamentos			
Arrendamento mercantil			
Adiantamento de clientes			
Debêntures	699.619		699.619
Sociedades do Grupo Novonor	9.056		9.056
Adiantamento para futuro aumento capital	4.375		4.375
Provisão para garantias	1.609.430		1.609.430
Provisão para perdas em investimento	3.333.230	(72.663)	3.260.567
Outros passivos	36.079		36.079
	<u>5.691.789</u>	<u>(72.663)</u>	<u>5.619.126</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.170.271		4.170.271
Ajustes de avaliação patrimonial	1.511.126		1.511.126
Prejuízo acumulado	(8.382.695)	101.759	(8.280.936)
	<u>(2.701.298)</u>	<u>101.759</u>	<u>(2.599.539)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.994.692</u>	<u>29.096</u>	<u>3.023.788</u>

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 – Consolidado

	Consolidado											
	Publicado	NPI	NEDP	IIRSA 2	IIRSA 3	IIRSA Norte	NLP	OLI LUX	H2 Olmos	OUTROS INVESTIMENTOS	ELIMINAÇÃO	Reapresentado
Ativo												
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	511.771											511.771
Fundos restritos	390.323			(22.126)	(38.226)				(24.204)			305.767
Contas a receber de clientes	607.431			(105.724)		(24.579)						477.128
Adiantamentos a fornecedores	68.053											68.053
Tributos a recuperar	143.166			(2.282)	(4.971)	(39.291)						96.622
Outras contas a receber			19.913	(57)		(4.285)	71.329	178	6.314	3.721	(1.715)	95.398
Outros ativos	192.620		(19.913)	(5.560)		(30.238)	(71.329)	(178)	(6.314)	(3.721)	1.715	57.082
	1.913.364			(135.749)	(43.197)	(98.393)			(24.204)			1.611.821
Não circulante												
Fundos restritos				22.126	38.226				24.204			84.556
Contas a receber de clientes				105.724								105.724
Sociedades do Grupo Novonor	429.716											429.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	81.892											81.892
Outras contas a receber				5.617		34.523						40.140
Outros ativos	24.060											24.060
	535.668			133.467	38.226	34.523			24.204			766.088
Investimentos	1.948	29.096									(29.096)	1.948
Imobilizado	97.508											97.508
Intangível	470.562											470.562
Direito de uso	5.081											5.081
	1.110.767	29.096		133.467	38.226	34.523			24.204		(29.096)	1.341.187
Total do ativo	3.024.131	29.096		(2.282)	(4.971)	(63.870)					(29.096)	2.953.008

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	Publicado	NLP	IIRSA 2	IIRSA 3	IIRSA Norte	H2 Olmos	Reapresentado
Passivo e passivo a descoberto							
Circulante							
Financiamentos	1.351.081						1.351.081
Arrendamento mercantil	61						61
Fornecedores	174.479						174.479
Adiantamento de clientes	368.006					(24.579)	343.427
Obrigações sociais e trabalhistas	31.333						31.333
Impostos e taxas	129.465		(2.282)	(4.971)	(39.292)		82.921
Outros passivos	15.441						15.441
	<u>2.069.866</u>		<u>(2.282)</u>	<u>(4.971)</u>	<u>(39.292)</u>	<u>(24.579)</u>	<u>1.998.743</u>
Não circulante							
Financiamentos	787.682						787.682
Arrendamento mercantil	7.036						7.036
Adiantamento de clientes	229.324						229.324
Debêntures	699.619						699.619
Sociedades do Grupo Novonor	205.382						205.382
Adiantamento para futuro aumento capital	4.375						4.375
Impostos de renda e contribuição social diferidos	6.151						6.151
Provisão para garantias	1.157.075						1.157.075
Provisão para processos judiciais	417.447	(101.769)					315.678
Outros passivos	50.314						50.314
	<u>3.564.405</u>	<u>(101.769)</u>					<u>3.462.636</u>
Patrimônio líquido							
Capital social	4.170.271						4.170.271
Ajustes de avaliação patrimonial	1.511.126						1.511.126
Prejuízo acumulado	(8.382.695)	101.769					(8.280.936)
	<u>(2.701.298)</u>	<u>101.769</u>					<u>(2.599.539)</u>
Participação de acionistas não controladores							
	91.158						91.168
	<u>(2.610.140)</u>	<u>101.769</u>					<u>(2.508.371)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto	<u>3.024.131</u>		<u>(2.282)</u>	<u>(4.971)</u>	<u>(39.292)</u>	<u>(24.579)</u>	<u>2.953.008</u>

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 – Controladora

	Controladora		
	Publicado	NPI	Reapresentado
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(4.364)		(4.364)
Resultado de participações societárias	96.440	101.759	198.199
Outras receitas (despesas), líquidas	15.394		15.394
Lucro operacional	107.470	101.759	209.229
Resultado financeiro, líquido	(167.009)		(167.009)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(59.539)	101.759	42.220
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.901		23.901
Lucro (Prejuízo) do exercício	(35.638)	101.759	66.121

Nova Participações e Investimentos S.A. e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 – Consolidado

			Consolidado
	Publicado	NLP	Reapresentado
Operações continuadas			
Receitas líquidas de serviços	1.222.175		1.222.175
Custos dos serviços prestados	(795.815)		(795.815)
Lucro bruto	426.360		426.360
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(101.599)	101.769	171
Resultado de participações societárias	(13.557)		(13.557)
Outras receitas (despesas), líquidas	52.603		52.603
Lucro operacional	363.807	101.769	465.577
Resultado financeiro, líquido	(300.315)		(300.315)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.492	101.769	165.262
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(112.299)		(112.299)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	31.573		31.573
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	(17.234)	101.769	84.536
Lucro (Prejuízo) do exercício	(17.234)	101.769	84.536
Atribuível aos:			
Acionistas da Companhia	(35.638)	101.769	66.121
Participação dos acionistas não controladores	18.404		18.414
	(17.234)	101.769	84.535

30. Eventos subsequentes

(i) Recuperação Judicial

Em 24 de janeiro de 2025, o Juízo da RJ decretou o encerramento da recuperação judicial, considerando o cumprimento integral das obrigações previstos no Plano da Companhia, na forma do prazo estabelecido no artigo 61 da Lei 11.101/05. A Companhia continuará cumprindo com o acordo firmado com os credores no Plano de Recuperação Judicial.

(ii) Cessão do contrato de concessão detida pela Concessionária Rio Barra ao MetrôRio

Em 09 de abril de 2025, a empresa coligada Concessionária Rio Barra firmou Instrumento Particular de Cessão e Outras Avenças com a Concessão Metroviária Rio de Janeiro S.A., cedendo integralmente o contrato de concessão e atividades de operação e manutenção da Linha 4 da rede metroviária do Estado do Rio de Janeiro. Foi acordado entre as partes, que não ocorrerão pagamentos ou transferências de valores, bens, ativos, passivos, ações ou contratos como preço pela Cessão.